

Capítulo 1 – Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil¹³

Igor José de Renó Machado

Recentemente, Janet Carsten (2004) resumiu os caminhos alternativos para a reflexão sobre o parentesco, construídos após a crítica feroz de Schneider (1984). Considerando as perspectivas reunidas por Carsten, este capítulo procura explorar esses caminhos alternativos em torno da noção de *relatedness*,¹⁴ termo escolhido para substituir “parentesco”, e sua relação com contextos migratórios. Schneider criticou duramente os estudos de parentesco, por serem etnocêntricos e baseados em noções ocidentais de consanguinidade, talvez impossíveis de serem transpostas para outras sociedades. Carsten demonstra o impacto

13 Uma versão inicial e simplificada deste texto foi apresentada na 25ª Reunião da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), em Goiânia, no ano de 2006, sendo posteriormente publicado como Machado (2010).

14 Fonseca (2007) traduz o termo por “conectividades”. Mantere aqui o termo original.

da crítica e como a noção de “*relatedness*” foi desenvolvida para dar conta de universos de prática e significação similares aos que na nossa sociedade chamamos de “parentesco”. Essa noção foi inspirada nos trabalhos de M. Strathern e tem como alvo das investidas teóricas a produção de relações entre pessoas. A avenida aberta por esses trabalhos leva a uma mão dupla inesperada: encontramos em “sociedades ocidentais”¹⁵ universos de *relatedness* relacionáveis aos de sociedades não ocidentais, que acabam por expandir a nossa própria noção de parentesco. É assim que a autora lida com o caso de filhos adotados e a relação com as famílias consanguíneas, por exemplo.

O universo que pretendo explorar nesse contexto é o das migrações transnacionais, justamente por forçar uma reordenação das noções nativas de parentesco/*relatedness*, incluindo perspectivas mais amplas. O processo migratório constitui tipos peculiares de família,¹⁶ muitas delas divididas entre espaços amplos, entre estatutos de legalidade e ilegalidade, entre saudades e preconceitos. Assim, analiso algumas

15 “Ocidente” é uma categoria usada pela autora, assim como “euro-americano” é uma categoria usada por Strathern. Ambas são amplamente vagas e questionáveis. Elas parecem se referir à Europa (menos a do sul) e aos EUA. Sempre resta a dúvida, de um ponto de vista sul-americano, se os países da Europa do Sul e suas ex-colônias fazem ou não parte desse macrocontexto.

16 A noção de família é usada no sentido nativo, que veremos incluir tanto um modelo ideal como um modelo transitório.

novas formas de relação e de construção de projetos familiares num contexto de contínua ausência física. O emigrante parte e deixa, em geral, famílias que dependerão, em alguma medida, do seu trabalho. Como se estrutura a continuidade da relação, as formas de expressar os sentimentos, as consequências da ausência prolongada de um familiar, os processos sociais disparados pela existência de famílias constantemente “incompletas”? Estas são algumas das questões que interessam analisar nesse contexto migratório.

Partindo do pressuposto de que as pessoas remodelam suas formas de relação, que os sentimentos são intensos, que os projetos de imigração envolvem o desejo contraditório de consolidação de núcleos familiares, pretendemos investigar os novos padrões de *relatedness* construídos no contexto migratório. O lugar escolhido para tal empreendimento é a região brasileira de Governador Valadares, reconhecido centro de emigração internacional. Valadares, cidade situada no leste do estado de Minas Gerais, é o principal polo de emigração internacional no Brasil. É a cidade mais importante do leste e nordeste de Minas Gerais e é banhada pelo Rio Doce, situando-se a 324 km da capital do Estado, Belo Horizonte. Desde meados do século passado, teve início uma lenta montagem de redes migratórias que, na década de 1980, transformaram a cidade no mais intenso corredor de saída do país. As redes eram e são direcionadas principalmente aos EUA, embora os destinos tenham se

diversificado ao longo da década de 1990. Há vasta literatura sobre Valadares. Ver, entre outros, Assis (1999), Soares (1999), Fusco (2001) e Machado e Reis (2007).



Figura 1 – Localização do município de Governador Valadares.¹⁷

A escolha não é aleatória e segue de interesses anteriores de pesquisa: desde 2004 venho desenvolvendo e coordenando pesquisas sobre a migração de valadarenses para Portugal, e, nesse contexto, temos nos deparado com formas alternativas de vida familiar e de *relatedness*. Interessa en-

17 Imagem feita por Raphael Lorenzeto de Abreu, disponível na Wikipedia em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/11/MinasGerais_Municip_GovernadorValadares.svg>. Acesso em: 05 set. 2014.

tender como se reconstróem as relações durante a ausência dos migrantes através de três eixos fundamentais: 1) o projeto de produção da *Casa*, o envio de remessas e a constituição de outras formas de cossustancialidade; 2) o cuidado com os filhos que permanecem no Brasil e a circulação de crianças no espaço transnacional; e, por fim, 3) a relação com as/os companheiras/os permeada pela distância.

SOBRE FAMÍLIA E MIGRAÇÃO

Os estudos de migração internacional sempre lidaram com a questão da organização da família migrante. Mas o fizeram seguindo as suas duas linhas gerais de análise. Nos estudos focados no processo de assimilação, a família migrante era uma organização fadada a assumir as feições das famílias dos países para onde se migrou, e isso em questão de poucas gerações (ver, por exemplo, Park (1922); para uma análise da escola de Chicago, ver Valladares (2005)). Já os estudos focados na manutenção das fronteiras étnicas indicavam a persistência da família migrante como possibilidade, embora não estivessem de fato preocupados com os conteúdos da diferença. O foco esteve sempre na existência contínua de grupos étnicos independentemente de como estes constituíam suas práticas culturais (GLAZER; MOYNIHAN, 1963). Ou como artefato em extinção ou como dado sem muita importância para a manutenção dos grupos étnicos, as distintas formas de organização das famílias migrantes ficaram fora de evidência.

Os estudos transnacionais (GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1992) trouxeram a necessidade de se pensar a família como um dos elementos estruturantes da transnacionalidade. Como perceberam as autoras (GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1995), a globalização altera a dinâmica entre espaço e tempo, devido aos avanços tecnológicos em meios de transporte e nas comunicações. Isso afetou a experiência da migração, pois muitos migrantes, longe de se incorporarem à sociedade receptora escolhida, criavam laços extensos, não apenas com algumas instâncias da sociedade para a qual migraram, como também com a sociedade de origem, nos fazendo pensar, portanto, em “transmigrantes”: “transmigrantes são migrantes cujas vidas cotidianas dependem de múltiplas e constantes interconexões que cruzam fronteiras internacionais e cujas identidades públicas são configuradas em relacionamento com mais de um Estado-nação” (GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1995, p. 48)¹⁸ ou seja, criam vínculos culturais, sociais, políticos e até mesmo econômicos tanto com a nação receptora quanto com a nação de origem.

Apesar de o transnacionalismo primar pela análise das implicações sociais, políticas e culturais dos movimentos migratórios e do surgimento de inúmeros “choques culturais”, essa perspectiva ampla das migrações ainda não seria capaz,

18 Tradução livre do original em inglês. O mesmo é válido para as demais referências em inglês citadas aqui em português.

na visão de vários autores, de dar conta da família transnacional, grupos familiares distendidos em vários pontos do globo e que não necessariamente perdem os vínculos familiares quando colocados em novos contextos sociais. São as famílias que organizam, planejam e executam o fluxo entre dois ou mais lugares. Porém, mesmo esses estudos não encaram a produção da família de um ponto de vista antropológico, mas como uma espécie de “dado” natural.

Para Bryceson e Vuorela (2002) as famílias transnacionais são definidas “como famílias cujos membros vivem em parte ou na maior parte do tempo separados uns dos outros, porém mantidos juntos por criarem algum tipo de sentimento de bem-estar coletivo e unidade, mesmo quando atravessam fronteiras nacionais” (BRYCESON; VUORELA, 2002, p. 3), possuindo a capacidade de elaborar e reelaborar vários sentidos de identificação que não são inteiramente apreendidas nos estudos transnacionais ou de migração típicos. Se no “ocidente” a ideia de família pode estar atrelada à casa, ao ambiente familiar (BRYCESON; VUORELA, 2002, p. 28), ou seja, o “viver em família” cotidianamente, como entender o sentimento de unidade dessas famílias cujos membros são, em boa parte do tempo, ausentes, famílias em que os pais, filhos ou outros parentes migram para garantir a renda familiar em outro país?

Percebe-se, portanto, a necessidade de nos voltarmos para estudos das “micropolíticas e práticas sociais” (YEOH; HUANG; LAM, 2005, p. 307), agora no âmbito da casa e da

família, para compreender os processos de reprodução social que, embora influenciados pelos processos macrossociológicos, políticos e econômicos da globalização, não são totalmente perceptíveis no que concerne à organização familiar e sua vida cotidiana. Desse modo, é possível identificar uma morfologia social¹⁹ e sua reprodução dentro do transnacionalismo através da família transnacional até então não percebidas. Morfologia, porém, mutável e que pode adquirir as mais variadas formas de acordo com outras variáveis, como o envio de remessas, estratégias específicas, etc.

Como apontam Chamberlain e Leydesdorff (2004, p. 228), “os migrantes [...] são feitos por suas memórias do seu local de nascimento, sua terra natal, aqueles deixados para trás – interrupções em suas narrativas de vida que requerem ressequenciamento, remodelagem e reinterpretação”, na medida em que encaram o processo migratório. Vemos, dessa forma, o esforço de criação e recriação de subjetividades específicas desses transmigrantes relacionadas ao seu deslocamento entre fronteiras nacionais que criam sentimentos de pertencimento e de unidade da família transnacional. Como percebem Yeoh, Hang e Lam (2005), Bryceson e Vuorela (2002) e Baldassar (2007), esses processos hoje são muito influenciados pelas novas tecnologias de comunicação e transportes, que permitem à família transnacional estar interligada graças à internet, aos e-mails,

19 O termo é usado pelos autores.

telefonemas, faxes, visitas periódicas aos parentes em reuniões familiares, mecanismos que de acordo com Baldassar (2007, p. 400) permitem o contato e o suporte emocional entre membros distantes, garantindo assim o “fazer família” mesmo dentro desses fluxos migratórios transnacionais.

Como observa Canales (2005), o envio de remessas está fortemente atrelado aos fluxos migratórios: as pessoas migram e reorganizam as suas vidas e famílias muitas vezes com base na busca de melhores condições econômico-financeiras, sociais e políticas, deixando para trás vários membros familiares e muitas vezes mantendo o seu vínculo com a família – agora transnacional – através do envio de remessas. O vínculo que mantém essas pessoas unidas em uma família e comunidade transnacional se dá, além das questões econômicas, por uma série de símbolos culturais que são trocados no contato entre as duas nações, voltados à própria reprodução familiar, como os valores de reciprocidade, solidariedade e responsabilidade desses membros que partem para outro país sem se desprenderem da família, enviando remessas nessa confluência de ordem econômica e simbólica: “com o envio de remessas não apenas dinheiro e mercadorias circulam como também se permite a reprodução de relações culturais, identidades simbólicas e coletivas” (CANALES, 2005, p. 21).

Proponho aqui uma análise da família imigrante transnacional a partir das atuais discussões sobre *relatedness*, ou seja, a partir da ideia de que a produção das relações e

noções de pertencimento são complexas, dinâmicas e distintas. Pretende-se um olhar sobre a produção do parentesco como uma “prática nativa” qualquer, buscando o ponto de vista dos sujeitos na própria montagem que fazem de suas relações e não a partir de modelos preestabelecidos.²⁰

O PARENTESCO E A CASA HOJE

Janet Carsten (2004, p. 7) afirma que alguns fenômenos da vida moderna, como os tratamentos de fertilidade, os testes genéticos, concepção póstuma, clonagem, o mapeamento do genoma humano, carregam consigo a possibilidade de colocar em xeque alguns pressupostos fundamentais sobre a construção das famílias no “ocidente”. Esses fenômenos colocam em questão o mundo privado das famílias, evidenciando as relações com o Estado, o aparato legislativo, os projetos de nação e levantam questões sobre a construção da pessoa, gênero e substâncias corporais.

Esses questionamentos levam a reflexões sobre a natureza do parentesco. A tradicional distinção entre o que é natural e o que é cultural no parentesco está em risco, e esses fenômenos tendem a embaralhar as percepções tradicionais. Nesse ambiente, nossas concepções mais familiares de parentesco estão mudando, pois práticas antes não investigadas como

20 Parte da discussão apresentada nesta sessão foi retirada de Machado, Silva e Kebbe (2008).

parte dos estudos tradicionais do parentesco começaram a ser analisadas com atenção. Uma nova preocupação com a experiência cotidiana levou a um novo projeto para os estudos de parentesco, agora vistos como referentes a uma área da vida na qual as pessoas investem suas emoções, sua energia criativa e suas novas imaginações. Essa perspectiva opõe-se à visão tradicional dos estudos de parentesco que indicam que este tem um papel menor na organização social ocidental. Várias são as dimensões para esses novos estudos de parentesco: a casa, gênero, personalidade, substância e técnicas reprodutivas.

No que tange a este capítulo, o estudo da *Casa* como elemento central na constituição das relações de parentesco e o estudo das considerações locais sobre o que produz a cossustancialidade dos parentes são fundamentais, pois esses fenômenos se entrelaçam com os projetos migratórios de formas inesperadas: as pessoas imigram para construir suas casas e constituir novas centralidades nas suas relações; estando longe, o que produz a cossustancialidade não é mais a convivência e o sangue, mas o envio de remessas. Perceberemos que um tipo de organização da vida familiar “em estado de migração” é mais flexível do que aquela que se vive normalmente em Valadares, bastante centrada na convivência e sangue. De certa forma, essa organização flexível é vista como uma forma permissível *enquanto* se dá a migração e como uma forma de se chegar, após a migração, àquela vida

que se vê como mais “correta”. Assim, temos novas perspectivas de análise no cruzamento das migrações internacionais e as novas possibilidades da teoria do parentesco.

Em 1984, Lévi-Strauss promovia uma reflexão sobre as “sociedades de casa” (*société a maison*), indicando paralelos entre a valorização do cognatismo em seu interior, uma desvalorização do “idioma do parentesco” e um fortalecimento das esferas políticas e econômicas. A casa aparece como uma pessoa moral, no seio da qual se desenvolvem os principais aspectos da vida social. Autores contemporâneos, como a mesma Carsten (CARSTEN; HUGH-JONES, 1995), têm caminhado para uma “ampliação” das ideias de Lévi-Strauss, levando essas considerações para uma revigoração dos estudos de parentesco. No que se refere a essa autora, vemos que o interesse recai não sobre a ideia da casa como uma pessoa moral (ideia da qual ela se afasta), mas sobre a casa como um universo de construção das relações mais fundamentais da vida de pessoas ao redor do globo. Apoiada nos trabalhos de Strathern, que enfatizam como sujeitos são frutos de relações que constroem e desconstróem ao longo da vida, Carsten elabora análises sobre as relações que se constroem no interior da casa, preocupada basicamente com a noção complexa de substância. Segundo a autora, a comensalidade se relacionaria à cossubstancialidade, estimulando relações variadas (desde proibições de incesto até regras de etiqueta).

Ao reelaborar uma análise sobre a *Casa*, Carsten recorre a noções como *corpo*, *pessoa*, *gênero*, *substância* e *parentesco*. Analisar essas dimensões do vivido na *Casa* é observar outras “relações de parentesco”, que não são consanguíneas, mas são construídas através da moradia em comum. Habitar com outros insere os sujeitos em sistemas de trocas que *relacionam* e/ou criam parentes. Para a autora, adotar essa perspectiva sobre a *Casa* permite escapar às formas para lidar com *substâncias*, permitindo uma postura *processual*. Assim, podemos perceber, em diferentes contextos etnográficos, o modo como o parentesco é “feito” em oposição a um parentesco “dado”. A casa aparece como a produtora do parentesco, visto como conjunto de relações, livres do “império do código” *versus* o “império da natureza”, na concepção de Schneider (1968).²¹ Como afirmei no começo do texto, importa aqui trazer algumas dessas reflexões para dentro da sociedade onde a regra da natureza (a hereditariedade, a inevitabilidade dos laços sanguíneos, etc.) supostamente impera.

21 Note-se que essa perspectiva de Carsten é muito influenciada pela crítica de Schneider, de 1984, em livro que ele pouco cita Lévi-Strauss. E quando cita é para tratá-lo como um funcionalista, em consonância a críticas que ele conduziu em 1974, junto com James Boon (SCHNEIDER; BOON, 1974). Autores mais cuidadosos com o trabalho de Lévi-Strauss poderiam argumentar que a teoria da aliança só pode ser sobre a fabricação do parentesco, em oposição ao parentesco como um dado a priori.

A perspectiva desenvolvida por Carsten sobre a Casa é obviamente devedora da discussão corrente sobre família no mediterrâneo, desenvolvida pela antropologia europeia desde os anos 1960. O capítulo que se refere especificamente ao tema, no livro de 2004 da autora, por exemplo, parte principalmente da etnografia de Pina-Cabral (1986). Nesse sentido, percebe-se a pertinência do tema ao tratar da emigração valadarense, onde, no fim das contas, estamos em um terreno de influência portuguesa. Assim, as discussões sobre a composição e funcionamento da família no Alto Minho ou no Porto, desenvolvidas pelo autor (PINA-CABRAL, 1991), são amplamente comparáveis às relações que descreverei mais adiante.

O tema da Casa também tem sido elaborado de forma sistemática em etnografias desenvolvidas no Brasil, como as de Viegas (2007), entre os tupinambá do sul da Bahia, ou Marcelin (1999), sobre os negros do recôncavo baiano. Curiosamente, o tema da Casa é mais explorado no terreno das alteridades étnicas (como populações indígenas e negras) do que nas alteridades de “classe”. Os estudos brasileiros clássicos sobre as classes trabalhadoras/grupos populares de Luiz Fernando Dias Duarte (1986), Cynthia Sarti (1996), Cláudia Fonseca (2004), Simoni Guedes e Michelle Lima (2006), por exemplo, não lidam com essa perspectiva. O mesmo se pode dizer dos estudos de Gilberto Velho (1986, 2001) sobre as famílias de classe média.

Se o parentesco nas sociedades “ocidentais” era pensado como marcado por uma forte separação entre a ordem da natureza e a ordem da lei, o parentesco não ocidental foi geralmente considerado, em contraste, como uma mistura da natureza

e cultura ou como uma transformação de um em outro. Estudos como os de Strathern (1992), Weismantel (1995) e Carsten (2004) indicam que em contextos ocidentais essas distinções não são tão claras. É claramente o caso das migrações internacionais, em que os processos de produção da *Casa* e de cossubs-tancialidade estão deslocados do eixo natureza, indicando novas e promissoras análises sobre a constituição desses fenômenos.

A CASA EM VALADARES

Passemos agora à análise dos dados, primeiramente tratando da importância, relevância e necessidade imperiosa da *Casa* (própria) entre as famílias transnacionais de Governador Valadares.²² Tentarei demonstrar, através do relato recorrente, como a *Casa* é um valor moral, mais que um desejo material. No decorrer do capítulo tecerei interpretações sobre esse valor, com base nos dados.

22 Os dados referem-se a dois trabalhos de campos: o primeiro realizado em julho de 2005, por Ellem Saraiva Reis e Lara Rezende, e o segundo realizado em fevereiro de 2006, por Ellem Saraiva Reis e Alexandra C. Gomes Almeida, a quem agradeço pela dedicação e competência. Foram realizadas cerca de 50 entrevistas semiestruturadas nesses dois momentos. Os entrevistados são moradores de bairros pobres da cidade, marcados pela grande emigração internacional. Os relatos aqui aparecem, constantemente, em terceira pessoa: o/a entrevistado/a conta histórias de parentes, conhecidos, amigos ou de “ouvir falar”. Evidentemente, não interessa a veracidade dessas histórias, mas a sua verossimilhança para os sujeitos que a contam. Os entrevistados são indicados por nomes fictícios, sem referência à idade ou qualquer informação que os possa identificar.

É corrente em Valadares a constatação da importância da casa.²³ Um entrevistado, funcionário da polícia federal, afirmava: “o mercado em Governador Valadares está inflacionado porque o emigrante paga por uma casa mais do que o seu real valor”. A importância da casa é manifesta nas situações mais variadas de migração: casos de migração para pagar dívidas com agiotas, feitas para comprar a casa própria, migrações com o objetivo específico de comprar uma casa. Um dos entrevistados, Val, também está convencido de que as pessoas migram para ter uma casa e um carro, mesmo que isso signifique ficar distante dos filhos. Ele cita o caso de seu primo, que foi em busca desse sonho.

Todos os entrevistados têm uma história que relaciona emigração e casa. Vejamos uma sucessão de rápidos exemplos retirados das narrativas dos entrevistados. Jô tinha o sonho de construir uma casa e, por isso, foi-se a Portugal. Um dos filhos de outra entrevistada, Fia, foi para Portugal, ficou quatro anos e depois seguiu para os EUA. Ele quer voltar para o Brasil, mas apenas quando construir uma casa. O noivo de Tatiana foi trabalhar em Portugal para adquirir um carro e a sonhada casa, e, quando voltar, eles se casarão. A irmã de Rosa está há dois anos em Portugal e foi apenas para termi-

23 Entendo casa (em minúsculas) como a habitação que dá suporte a uma Casa, entendida como uma entidade centralizadora de relações de um casal. É uma apropriação do conceito de Lévi-Strauss e será discutida ao longo do texto.

nar de pagar a casa que havia comprado. O marido de Carmem também foi em busca da casa própria, e, enquanto ele está fora, sua esposa e filhos moram na casa de um irmão do marido, localizada no terreno dos sogros, que também emigrou, mas com a esposa. Rosália também tem o marido em Portugal, em busca da casa própria. Enquanto ele persegue o objetivo, ela mora numa casinha no quintal do sogro.

O caso nos bairros pobres de Valadares, de onde saem os migrantes na sua maioria, indica a centralidade do casal na estruturação das relações de parentesco, mas o antagonismo que a composição de novas *Casas* implica é ainda mais acentuado, pois não há intenção de se manter a subordinação às famílias originais. Esse aspecto, entretanto, não significa falta de continuidade das *Casas*, mas apenas em hierarquização sucessiva e contínua entre *Casas*. Um mesmo conjunto de pessoas que se ligam por parentesco convive com várias *Casas* com níveis distintos de capacidade de aglomerar relações e pessoas. Trata-se, por assim dizer, de uma segmentação rápida.²⁴

Cada *Casa*, na prática, dura apenas a vida do casal. Morar numa habitação no terreno dos pais é ainda participar da *Casa* dos pais, subordinadamente. Temos uma casa “à Lévi-Strauss” em grande medida, pela sua centralidade na organização da estrutura social local, por sua relevância na organização do

24 Esse argumento foi sugerido por Marcos Lanna, em comunicação pessoal.

parentesco e da posse territorial e, claro, por dar impulso à migração internacional, como um atalho rápido para a centralidade.²⁵ Essa ideia da *Casa* valadarense (das camadas pobres da população) depende de uma perspectiva dinâmica a respeito da montagem e desmontagem de relações: é uma espécie de *Casa* relacional, mais ligada a cada casal como centro de si mesmo.

Aqui, portanto, convém distinguir a casa (habitação) da *Casa* (centralidade de relações do casal), pois a segunda ampara a estrutura social e influencia a movimentação internacional. Já a primeira é uma necessidade para a existência da segunda, com a condição de ser descolada da casa (habitação) dos pais. Os emigrantes partem para construir *Casas* e, para isso, precisam de recursos para construir uma casa (habitação) que dê condições e sustentabilidade para aquelas. Também devemos matizar esse descolamento da *Casa* dos pais, já que não se trata, necessariamente, de pais biológicos: a *Casa* com a qual se “rompe” para formar a própria pode ser capitaneada por pais, tios e até não parentes. Rompe-se com a *Casa* na qual se inseria anteriormente. Em alguns casos de desamparo social, nem é preciso romper: não se estava relacionado a nenhuma *Casa*, e a migração é uma tentativa de superar esse dilema com uma nova *Casa* própria. Em Valadares, a *Casa* não chega a durar nem uma geração, tamanha a dissolução promovida pelo “atalho” da migração.

25 Para uma discussão sobre o conceito de “centralidade” aplicado às relações sociais, ver Machado (2003).

Entre os nossos entrevistados, podemos destacar o caso de João. Ele mora numa casa de seu pai, e isso foi o suficiente para que ele buscasse a própria *Casa*, num exemplo de como a importância da *Casa* é muito maior do que seu espaço e segurança: é uma questão de autonomia em relação a outrem, às relações de outrem. Mesmo tendo um teto assegurado, João preferiu buscar um teto distante do terreno de seu pai (mas não conseguiu). Recorrentemente, nas entrevistas, percebemos a mesma situação de João: relativamente bem instalados em casas dos próprios pais ou sogros, dentro do terreno da *Casa* destes, os entrevistados não se sentiam donos de uma *Casa*. Estar dentro da *Casa* dos pais significa também estar, de certa forma, preso às relações dos pais (ou equivalentes), serem subordinados a essas relações. O desejo da *Casa* própria, num terreno diferente do dos pais, significa um desejo de se desprender das relações que os pais constituíram para construir a própria *Casa*, centralizadas no novo casal e filhos.

A família de Irani também ilustra o processo de busca da *Casa* e de descolamento das relações e bens dos próprios pais: sua irmã mora numa casa conjugada à *Casa* dos pais dela. A própria Irani viu seu marido partir para os EUA e ficar lá por quatro anos, a fim de comprar a casa própria para que eles pudessem sair da *Casa* onde moravam, situada sob a casa dos pais, no andar de baixo de um sobrado. O caso de Isabel é também exemplar: de família de classe média alta,

casou-se com um homem de classe média baixa. Moravam numa casa que ficava no mesmo terreno da *Casa* dos pais dela, e, por conta disso, ela o incentivou a emigrar para tentar uma vida melhor e comprar uma casa própria. O desfecho foi desastroso para a família, resultou na separação e, segundo ela, na instabilidade emocional de suas filhas. A importância da *Casa* nos planos emigratórios é tanta que a Associação de Parentes de Emigrantes da Região Leste de Minas Gerais (em processo de formação) tem como objetivo principal auxiliar as famílias no desenvolvimento de projetos de construção de casas, para evitar o superfaturamento na compra dos materiais de construção.

Contraditoriamente, um dos entrevistados, *Ciro*, destacou que várias pessoas vendem ou hipotecam suas casas para realizar suas viagens. Mas esse ato é sempre o dos outros, nenhum de nossos entrevistados vendeu ou hipotecou a própria casa para financiar a viagem. A única exceção é o de *Conceição*, pois ela e o marido venderam a casa em que moravam para o marido emigrar e juntar dinheiro para comprar uma casa melhor. Diga-se que a casa onde moravam era muito pequena e não comportava a família (nem a constituição de uma *Casa*). Há casos de viagens de pessoas que já têm casa própria, e nesses casos, em geral, apenas um membro da família nuclear está ausente, e o resto da família mora na casa já possuída.

Mas há um discurso moral, entre os entrevistados, que claramente condena esses casos. *Késia*, uma das nossas entrevista-

das, conclui que quem tem casa própria e um carro não deveria tentar a vida fora do país, pois o *risco* e o prejuízo para a família podem ser grandes. Carmem, outra entrevistada, também emite julgamentos morais sobre a emigração: não considera correto uma pessoa que já possui casa e carro emigrar, devido ao risco que isso coloca à manutenção da estrutura familiar. Seja como desejo principal, ou como crítica aberta a quem “ameaça” a família com a migração, apesar de já possuir a *Casa*, os entrevistados estabelecem uma relação entre a *Casa*, a emigração e o perigo que esta impõe ao projeto familiar.

A contradição desse processo é que, durante a ausência de um ou de ambos os membros, a casa (habitação ainda não própria), nas quais as suas relações vinham sendo construídas, resulta incompleta: um marido ausente significa a ausência da produção cotidiana do parentesco, da coexistência, das *relações*. Contra essa incompletude paira o risco constante de esfacelamento e dessubstancialização, e o elemento crucial desse risco é o sêmen alheio (como veremos na parte que discute a fofoca) ou a hiperprodução de substância (filhos fora do casamento).

Esse risco não é novidade, nem inconsciente: todos que se arriscam na aventura migratória têm plena consciência desse perigo. Todos sabem que as relações serão colocadas em risco. Isso apenas atesta o valor que a *Casa* própria, como um lugar de reconstrução de centralidades nas relações, tem para os sujeitos. Importa estar livre das relações dos próprios

pais: sair da *Casa* dos pais, às vezes da casa que pertence aos pais. Esse desrelacionamento é a única possibilidade de assumir um lugar central nas relações que se pretende estabelecer, principalmente em relação aos próprios filhos. Basicamente, os aventureiros do projeto migratório familiar querem reproduzir a centralidade de relações que seus pais parecem ter, isso em relação aos próprios filhos.

FILHOS²⁶

Os filhos são para seus pais um grande dilema, fruto de angústias e sofrimentos. O fato é que muitos pais e mães têm que conviver com a ausência de seus filhos, quando partem para o exterior. E os filhos convivem com a ausência de um ou ambos os pais durante longos períodos de tempo, e às vezes a separação é definitiva. Organizar a vida dos filhos na ausência dos pais ou de um deles é um problema muito sério. Quem tomará conta dos filhos? Eles serão bem tratados? Haverá recursos para enviar e sustentar as crianças? Devem-se levar os filhos? Devem-se levar *todos* os filhos?

Narrarei alguns casos relativos a essas escolhas, a título de exemplo. Uma amiga da entrevistada Joelma voltará aos

26 Trato aqui apenas de famílias no começo do “ciclo familiar”, como define Fortes (1974), e de emigração de casados, solteiros com filhos ou divorciados com filhos. Há, obviamente, muitos que emigram solteiros, para os quais esta análise que proponho deve ser reavaliada e ponderada.

EUA levando apenas *uma* das filhas, enquanto a outra ficará com a avó materna, que mora no mesmo bairro. Há um certo conformismo gradual com a distância, e, como nos disse Joelma, os filhos já não sentem tanto a falta. Cláudio, por sua vez, em entrevista nos contou de seu pequeno primo, cujo pai está em Portugal: o menino não conhecia o pai e sempre perguntava por ele, só o via pelas fotos. Outra entrevistada, Lucimar, tem um filho do primeiro casamento, que mora com a avó paterna: a criança foi criada pela avó e visitava a mãe em alguns finais de semana. O atual marido, este em Portugal havia três anos, planejava migrar definitivamente para Portugal e pretendia levar o enteado. Segundo Lucimar, isso era muito bom, “pois lugar de filho é junto ao pai”.

São mais comuns os casos em que o pai está ausente no exterior, seguido do caso no qual ambos os pais estão fora. Os casos de mãe ausente são mais raros, e nessa situação preponderam os casos em que a separação do casal aconteceu anteriormente à migração. Há uma lógica, portanto, na organização do parentesco que dita o “abandono” mais ou menos temporário dos filhos: a ausência do marido é a mais tolerada, seguida da ausência do casal e da ausência da mãe, mas apenas quando ela já está separada. Em nossas entrevistas, encontramos apenas uma história sobre mãe ausente com marido e filhos no Brasil. Assim, há uma determinação do lugar da mãe que é muito forte, pois ela em geral é substituída por uma mãe segunda (no caso, alguma das avós) quando da

migração do casal. Mas a essa importância do lugar da mãe está relacionada uma discriminação latente em relação à mulher do marido ausente: passam a ser tratadas como espécies de “viúvas de maridos vivos” e, portanto, potencialmente perigosas. O lugar de “viúva de marido vivo” é uma ameaça às demais mulheres casadas e à honra do marido ausente. Elas são submetidas à intensa vigilância, portanto.

Os casos em que os filhos não ficam com os avós parecem inspirar pena nos entrevistados, como uma alteração da ordem natural das coisas e como uma situação de potencial desajuste. Mas há outros vários ajustes, em relação aos filhos. Um exemplo é o caso da tia da entrevistada Sabrina: ela e o marido migraram, e os três filhos ficaram no Brasil, morando sozinhos (já tinham mais idade). Esses arranjos são temerários, do ponto de vista dos entrevistados, e acabam sempre em problemas de comportamento dos filhos, vistos como abandonados. Um dos primos de Sabrina, filho dessa tia, começou a se “envolver com drogas”, e o casal decidiu levar os filhos para Portugal: primeiro o mais novo, depois os dois mais velhos.

As histórias que se contam desses arranjos alternativos em geral têm um tom trágico: outra amiga de Sabrina, já mãe de uma filha adolescente, casou-se novamente e teve outra filha. Depois se separou e decidiu migrar para Portugal, deixando a segunda filha com o pai e a primeira morando sozinha. O desfecho também foi preocupante: mediante os comentários de

que a menina se envolvia com prostituição, a amiga de Sabrina voltou para buscá-la. Esses dois exemplos indicam histórias moralizantes, que são quase pedagógicas, pois tendem a desestimular arranjos alternativos para deixar os filhos. Deixar filhos sozinhos é um problema que levará ao envolvimento destes com ambientes recrimináveis. Os pais deverão, no fim das contas, necessariamente resgatá-los e estabelecer a ordem moral de que o lugar dos filhos é junto aos pais.

Outro arranjo alternativo foi o de Mariléia, que, por conta das fofocas de que estaria traindo o marido, decidiu segui-lo na emigração, tendo que deixar os filhos. Primeiramente, deixou-os aos cuidados de uma moça, que foi paga para isso, mas os filhos teriam sido “muito maltratados”. Depois foram morar com a avó materna, e também não deu certo, por motivos que a entrevistada não quis esclarecer. Agora, Mariléia prepara os filhos para morar com uma sua amiga, de quem os filhos, duas meninas e um menino, gostam muito. Mariléia resigna-se ao fato de ficar longe dos filhos, pois acredita que estes já se acostumaram à distância. O caso de Mariléia também é exemplar por demonstrar um pouco da dinâmica da fofoca e do lugar da “viúva de marido vivo”, que é a esposa do migrante ausente. Sob estrita vigilância, partiu para a migração com o marido, para não ver o casamento acabar. Mas deixou os filhos em situações consideradas arriscadas para fazer isso.

Seu Joaquim, por sua vez, ilustra dois casos em relação às crianças e à migração. Seu filho emigrou após se separar

e deixou no Brasil uma filha, que sofreu muito no princípio, “ficando nervosa”. Mas agora, acostumada, já não sente mais falta. Uma ex-namorada de seu Joaquim também migrou, deixando com a mãe três filhos. O fato é contado em tom de desaprovação, mas a ressalva é que ela nunca deixou de mandar o dinheiro para sustentar as crianças, o que significa que ela tem tido o cuidado de manter ativos os laços e as relações com os filhos e com a sua mãe, que toma conta dos pequenos. Também esse exemplo ilustra outra dinâmica comum: quando a mãe (ou o casal) pensa em levar os filhos, em geral não pode levar todos, se tem mais de um. A escolha, então, recai geralmente no mais novo, aquele que é visto como o mais vulnerável dentre os filhos. É por isso que a ex-namorada de seu Joaquim voltará logo, para levar a filha mais nova (então com sete anos) para Portugal.

Quando as famílias, de antemão, estão estruturadas de formas distintas daquela considerada moralmente adequada pelos nossos entrevistados, a migração aparece como uma opção perigosa. É o caso de Tatiana, que embora queira muito emigrar, não o pretende fazer. Separada e com uma filha pequena, não teria como levá-la. Teria que deixá-la com a própria mãe, avó da menina. Mas isso abriria ao ex-marido a possibilidade de pedir a guarda da criança, o que Tatiana teme muito. Assim, para não correr o risco, decidiu não emigrar e ficar perto da filha.

Mas mesmo o arranjo dos filhos que ficam com avós paternos ou maternos não é tão bem recebido assim. Um dos

assistentes sociais, integrante do Conselho Tutelar da cidade, disse-nos que, quando os avós têm idade avançada, estes não conseguem controlar e educar os netos, podendo “ocasionar” situações de prostituição e consumo de drogas, os dois cenários mais temidos. É o caso da sobrinha de Sebastiana, que migrou para Portugal e deixou sua filha com a mãe (avó materna). Mas a irmã de Sebastiana (a avó materna da menina) não “deu conta” de cuidar da menina, que estava dando “muito trabalho”. A mãe, então, decidiu levar a filha para Portugal também. Por outro lado, o caso contrário pode acontecer: uma amiga de Paulo foi para Portugal e deixou o filho com a sua mãe. Em Portugal teve outro filho com um português e não pensa em voltar ao Brasil ou em levar o primeiro filho para Portugal: de toda maneira, segundo Paulo, a avó não permitiria, pois o menino é “como se fosse filho dela” e estava com a avó desde pequenino. Aqui temos o caso em que a migração levou a rupturas definitivas nas relações: a avó “passou à mãe”, e a mãe aceitou o fato.

Os casos que chegam ao Conselho Tutelar relacionados à imigração são muitos e, em geral, tratam de denúncias de maus tratos às crianças de pais ausentes, ou de mães que não cuidam “direito” dos filhos enquanto o marido está ausente. Muitas vezes as denúncias são feitas pelos próprios pais que estão no exterior. O processo da migração, segundo esse assistente social, acarreta também muitas disputas pela posse das crianças. Quando o Conselho Tutelar, por exemplo,

constata que determinadas crianças são bem criadas tanto pelos avós maternos quanto pelos avós paternos, a disputa pela guarda chega à justiça. Há também o caso de pessoas que disputam a posse das crianças apenas pelos recursos que são enviados pelos pais para o seu sustento. Em geral, isso acontece quando se trata de “pessoas mais distantes”, como babás, amigos ou parentes distantes. Com avós, mais frequentemente, isso não acontece.

Aqui temos a evidência de uma lógica relacional no trato com as crianças: elas estão bem se se mantiverem dentro daquelas relações originais das quais os pais pretendem autonomia com a *Casa nova* (aquela dos avós). Mas essas relações são vistas como as que naturalmente acolherão bem as crianças, mesmo com o risco de que, com a idade avançada, os avós não consigam educar os netos. Mas os outros arranjos que fogem a essa lógica são condenados nas duas dimensões: podem levar os filhos para os dois caminhos mais temidos (a droga e a prostituição) e também sujeitam os filhos à ganância e aos maus tratos de quem foi pago para cuidar deles. A constatação que podemos fazer é que cuidar dos filhos não é algo que deve ser pago, ou seja, as relações prescrevem um dever de cuidar dessas crianças. O dinheiro é enviado não para pagar quem cuida, mas para sustentar os filhos e manter a relação. O dinheiro entra como fluxo de substância “a distância”, produzindo o bem-estar material dos filhos (alimentação, roupas, escola, brinquedos, etc.) e amarrando

as relações na ausência física dos pais, que se fazem sempre presentes através do dinheiro.

A contradição desse processo de emigrar para constituir a própria centralidade do casal na migração é que, para fazer isso, muitos acabam por acentuar a centralidade daquelas relações que pretendem abolir: é o caso dos casais que migram e deixam os filhos sob a guarda de uma das avós. São muitos os exemplos em que a migração é feita em dupla, simultaneamente ou não (em geral o marido migra primeiro e depois leva a mulher). Quando isso acontece, via de regra, os filhos do casal (quando existem) são criados pela avó. Como demonstrou Fonseca (2004), a própria ideia de “criação” é uma fabricação de parentesco por vias não necessariamente consanguíneas. No caso das avós, além das formas de “criação”, ou seja, a convivialidade cotidiana, a comensalidade e o cuidado, as relações são intensificadas pelos laços consanguíneos. Nesse caso, os filhos do casal ficam mais e mais ligados às relações dos avós, aquelas das quais os pais pretendem se distanciar para constituir a própria centralidade. Ou seja, o projeto dos pais, de construir a *Casa*, pode submeter a própria família a uma acentuação daquelas relações das quais pretendiam se afastar.

A vontade do casal que migra junto, em geral, é acentuar a capacidade de obter recursos e voltar antes, além de preservar a própria relação dos riscos da separação (o marido ou esposa ausente). Nesses planos não cabem os filhos, num primeiro momento. Isso os leva a uma dependência em relação

àqueles que vão cuidar dos filhos na ausência do casal. O desfecho dessas situações é um retorno que pode se prolongar, e, nesse caso, os filhos vão “passando” cada vez mais para os avós: ou seja, a cossustancialidade amplia-se num grau que já se torna quase irreversível. Mesmo quando o casal volta e constrói a *Casa*, há casos em que os filhos continuam morando com os avós. Ou acontece tudo conforme o planejado, e os pais voltam logo, com os planos realizados e conseguem conquistar a *Casa* própria, tão almejada. Outra saída também frequente é a constatação de que os planos não serão facilmente atingidos ou que, enfim, a vida no exterior pode ser melhor que a vida em Valadares: nesses casos, os planos da *Casa* própria são transferidos para o exterior, como novo lugar de construção das relações centralizadas tão importantes às pessoas. Nessas situações, a primeira atitude dos casais é levar os filhos para o exterior, processo que vai alimentar um mercado paralelo de “transportadores de crianças”, que podem ser desde parentes até pessoas pagas para realizar tal travessia. Há, claro, soluções intermediárias e casos variados: famílias que se estruturam permanentemente a distância, casais que levam apenas alguns dos filhos para o exterior, etc.

FOFOCA

Uma questão importante relaciona-se à ausência dos maridos no cotidiano de suas esposas que permaneceram no Brasil: as entrevistas demonstram como há uma suspei-

ção permanente sobre as mulheres, em geral capitaneada pela família do marido ausente. O mesmo não se pode dizer quando é o marido quem fica, pois tivemos acesso a apenas uma história com esse teor. Quando é o casal que muda, obviamente, não acontece nada disso, embora muitas vezes a mulher emigre posteriormente, para juntar-se ao marido, justamente para se livrar das fofocas que essa situação gera. A *Casa* como centro das relações de um núcleo familiar só funciona se for, na percepção dos entrevistados, completa, isto é, tem que ter o marido, senão é vista como suspeita, ameaçadora, e, assim, os arranjos alternativos que ocorrem durante a migração são também vistos como perigosos. As mulheres nessa situação têm como alternativa uma reordenação da moradia: trazem as próprias mães para morar com elas. De certa forma, a mãe substitui a figura do marido, dando “confiabilidade” àquela casa. A entrevistada Joelma nos conta, por exemplo, como alguém, que ela imagina ser da família do marido, denunciou-a ao Conselho Tutelar, porque não cuidaria bem dos filhos. A visita do Conselho nada pôde provar, mas ela ficou em alerta redobrado contra as fofocas que a sua situação de “viúva de marido vivo” desperta.

A maior fonte de fofoca, como se pode imaginar, é o comportamento sexual da esposa do migrante ausente: suspeitas de traição podem acabar com o relacionamento, fim que é consumado com a interrupção das remessas de dinheiro. Rônio conta-nos que a respeito de sua mulher nunca surgiram

comentários, pois ela preferiu morar com a própria mãe, evitando ficar sozinha com os filhos. Aconteceu com Rônio o contrário, também muito frequente: as fofocas diziam que ele havia arrumado outra família em Portugal. Aqui temos, apenas na aparência, uma situação similar e inversa à traição feminina: a traição masculina não ameaça tanto o casamento, contanto que o dinheiro da remessa continue fluindo. Ou seja, a capacidade de produzir substância que alimente e construa as relações é eminentemente masculina, não cabendo à mulher muito que fazer quando recebe denúncias. Ela não pode *ter certeza*, e enquanto o marido envia o dinheiro há a evidência de que o casamento e os planos originais continuam a existir. O desnível das relações entre homem e mulher fica evidente no peso da traição de cada um: se a mulher trai, o casamento tem grandes chances de acabar; se o homem trai, o casamento não acaba necessariamente. E, acima de tudo, é o fim das remessas que sinaliza o fim das relações, que fica, portanto, por conta da iniciativa do homem.

Em outro caso, a mulher do tio de Gildásio trouxe a irmã para morar com ela quando o marido emigrou: ficar só em uma casa com os filhos parece altamente reprovável numa lógica moral nativa. Às vezes, mesmo morando com outras pessoas, a fofoca ameaça casamentos: foi o caso do irmão mais velho de Sabrina, cuja esposa foi morar com a mãe, mas mesmo assim foi alvo de suspeitas. Mariléia lembra que, quando seu marido foi para Portugal, “colocaram até homem

na minha cama”. O sentimento de falta de proteção foi tão grande que ela preferiu emigrar e deixar os filhos, para salvar o casamento. A vigilância também implica em discriminações às amigas das esposas. Joelma conta-nos que teve de abrir mão de uma amizade com uma mulher cujo marido estava no exterior, já que ela tinha fama de traí-lo, e a família do esposo de Joelma não via com bons olhos essa amizade, que poderia, de certa forma, *contaminá-la*. Creuza contou-nos sobre seu casamento, que ruiu devido à fofoca de vizinhos, atingindo a honra do marido. Embora jurasse inocência, o marido não aceitou suas argumentações, e o casamento acabou.

Waldeci também nos relatou sobre o enorme preconceito que atinge as mulheres cujos maridos emigraram. Ela disse-nos que muitas delas, para evitar qualquer “conversa”, vão morar com as próprias mães, e algumas até chegam a morar com as sogras. Vemos que esse preconceito implica novas configurações de moradia, enquanto o projeto da migração se desenvolve. Acontece uma reorganização da casa, pois a mulher não deve morar sozinha com os filhos. Carmem também nos contou que a presença da mãe sempre ajuda a evitar o surgimento de “conversas” e, além disso, ela ajuda a criar os filhos. É o caso da própria Carmem, cuja mãe mora com ela desde que o marido emigrou.

O sexo da mulher com algum outro homem que não o marido ausente representa uma ameaça à *Casa* que se pretende construir, como uma intrusão de substâncias indesejadas,

como sinal de desonra do homem. Por isso a circulação de boatos sobre a integridade sexual das mulheres que ficam é tão relevante no cenário de Valadares: os boatos podem destruir os projetos de *Casa* de um casal, e a responsabilidade pelo falhanço cabe muito mais à mulher, numa clara assimetria. Os homens podem, ou podem mais que as mulheres, ter relações extraconjugais quando ausentes, pois, segundo as perspectivas dos entrevistados, parece que isso não ameaça os projetos da *Casa*, a não ser que resulte em um abandono do projeto original. O problema da traição masculina é a possibilidade de criar novos filhos e um novo projeto de *Casa*, agora no exterior, às escusas do plano original. Há, nesse caso, uma produção de relações, permeadas pela abundância de substâncias (a produção de filhos), que se superpõe às relações anteriores, geradoras do projeto inicial de migração. O primeiro sintoma da dessubstancialização das relações “originais” é a interrupção do fluxo de dinheiro, aquele substituto simbólico para as relações de substância de um casal (sexo, comensalidade e vida cotidiana compartilhada). Enquanto o fluxo de dinheiro se mantém, ele opera como um substituto para as relações produzidas no interior da *Casa* e como uma espécie de “sangue simbólico”, que prende e mantém as relações operantes e os planos iniciais em vigor.

A traição feminina é mais condenada, pois parece que a desonra que ela implica também dessubstancializa violenta e rapidamente aquelas relações do casamento: é como se o

sêmen alheio fosse uma substância que desonra o marido e contamina definitivamente um conjunto de relações, levando ao seu fim imediato. Nesse caso, o que resta é a briga pela posse dos filhos, as disputas sobre a manutenção legal do fluxo de dinheiro (pensões) e as desavenças entre a ex-mulher e a família do ex-marido ausente. Em muitos momentos, a fofoca causa a suspensão temporária do projeto migratório, e o marido retorna para certificar-se da veracidade ou não dos boatos. Essas voltas são seguidas de grandes rupturas ou da normalização do relacionamento e a subsequente volta do marido para a migração.

É por causa dessa suspeição compulsória da “viúva de marido ausente” que muitas delas adotam a estratégia de morar nas casas (ou melhor, no terreno) dos sogros, para manterem-se conscientemente sob vigilância, ou ainda trazem para morar consigo suas próprias mães, num sinal de que a casa não está vazia. A submissão voluntária a essas estratégias de legitimação do comportamento atestaria publicamente o comprometimento com o projeto migratório da família, no desejo de construir a *Casa* própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos aqui expostos indicam que o império da natureza na produção do parentesco pode ser relativizado por práticas outras de *relatedness*. As relações podem ser fortalecidas ou enfraquecidas com a ausência prolongada, e tudo

depende da manutenção das relações através de outros meios que não o da convivialidade: a circulação de remessas de dinheiro aparece como um substituto simbólico para essas relações que definiriam uma *Casa*. A sua manutenção ao longo do tempo significa que os planos originais de constituir a própria *Casa* estão ainda sendo construídos. A *Casa* significa, nesse contexto limitado que me dispus a analisar, a produção de relações centradas nas pessoas do casal que a constituem, significando uma hierarquização: ou seja, um rompimento não com os próprios pais, mas com as relações que os pais centralizavam. Com a *Casa* própria é possível construir as relações com os filhos como centrais na condução da vida. Assim a *Casa*, nesse contexto, seria um índice de autonomia e centralidade de relações (de parentesco). O processo instaurado por essa necessidade resulta numa fragmentação constante dos núcleos familiares. Porém, esse processo implica mais uma continuidade, na sucessão de *Casas* das quais se faz e fez parte, do que uma descontinuidade.

Percebemos uma tensão constante, na fala dos entrevistados, entre a ideia de desestruturação da família e os planos e projetos familiares. Os fracassos e brigas gerados no seio da emigração são contrastados e contrapostos aos casos em que os planos foram bem-sucedidos, nos quais a casa foi comprada e a família se reorganizou em novos patamares: ou seja, quando a *Casa* própria e a sua sustentação ao longo do tempo garantem uma centralidade nas relações do casal. A

tensão entre um modelo familiar “com ausência” permitida e o desejo de um modelo familiar tradicional resulta numa flexibilização (mesmo que temporária) das formas de viver a conjugalidade e mudanças radicais na educação e criação dos filhos. Persiste também uma constante ameaça de o sonho ruir perante as pressões da situação de migração.

O que fica evidente é a preponderância de um desejo de viver as relações familiares segundo um modelo tradicional, centrado na família nuclear e na *presença* de ambos os pais. Parece que uma *Casa* só pode existir nesse modelo tradicional. Entretanto, vimos que esse modelo é flexibilizado enquanto dura a migração. A *presença* é transformada: não necessariamente algo físico, mas sim a intenção de continuar as relações pelo envio de remessas. Esse modelo flexibilizado, porém, está constantemente envolto numa esfera de perigo, segundo os valadarenses dos bairros pobres que entrevistamos. Esse risco associado à migração pode ser entendido, em grande medida, como endereçado justamente aos arranjos familiares alternativos. Nesse sentido, teríamos uma valorização do modelo “tradicional”, em oposição às alternativas “arriscadas”.

Os riscos na perseguição desse projeto através da emigração ficaram evidentes: o desejo de centralidade de novas relações pode significar o esmaecimento de qualquer relação. Pais podem “sumir” e deixar de enviar dinheiro, encerrando o projeto. Casamentos podem ser rompidos pela fofoca.

Filhos podem ser deixados sob riscos de maus-tratos, ou podem, ao contrário, inserir-se tanto nas relações de seus avós que não mais sairão para constituírem as relações dos pais. Nesses casos, a rigidez do nosso parentesco com suas regras consanguíneas pode ser flexibilizada, pois os avós se transformam em pais por meio da convivialidade, criação e produção de cossustancialidade. O projeto da *Casa* própria via emigração põe em risco as relações que pretende centralizar, mas continua sendo forte o suficiente para estimular a ação de inúmeras pessoas em Governador Valadares.

REFERÊNCIAS

ASSIS, G. O. Estar aqui..., estar lá...: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BALDASSAR, L. Transnational families and the provision of moral and emotional support: the relationship between truth and distance. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, London, Routledge, v. 14, n. 4, p. 385-409, Jul. 2007.

BRYCESON, D.; VUORELA, U. *The transnational family: new European frontiers and global networks, cross-cultural perspectives on women*. Oxford: BERG, 2002.

CANALES A. The role of remittances in the transnational family relationships configuration. *Papeles de POBLACIÓN*, CIEAP/UAEM, n. 44, p. 157-158, abr./jun. 2005.

CARSTEN, J. The substance of kinship and the heat of the hearth: feeding, personhood and relatedness among Malays in Pulau Langkawi. *American Ethnologist*, Malden, n. 22, p. 223-241, 2004.

CARSTEN, J.; HUGH-JONES, S. (Ed.). *About the House: Lévi-Strauss and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CHAMBERLAIN, M.; LEYDESDORFF, S. Transnational families: memories and narratives. *Global Networks*, v. 4, n. 3, p. 227–241, 2004.

DUARTE, L. F. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/CNPq, 1986.

FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. Apresentação. De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, jul./dez. 2007.

FORTES, M. *Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico*. Brasília: UnB, 1974. (Textos de Aula, Antropologia 6).

FUSCO, W. Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos. In: CASTRO, M. G. (Coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas, Brasil 2000*. Brasília: CNPD, 2001. p. 427–445.

GLAZER, N.; MOYNIHAN, D. P. *Beyond the melting pot: the Negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians, and Irish of New York City*. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. In: _____ (Org.). *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*. New York: New York academy of Sciences, 1992. (Annals of the New York Academy of Sciences, v. 645).

_____. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. *Anthropological Quarterly*, Washington, v. 68, n. 1, p. 48–63, 1995.

GUEDES, S.; LIMA, M. Casa, família nuclear e redes sociais em bairros de trabalhadores. In: BARROS, M. L. *Família e gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 131–163.

MACHADO, I. J. R. *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 14, p. 5–26, 2010.

MACHADO, I. J. R.; REIS, E. S. Algumas conclusões acerca do fluxo de valadarenses para Portugal. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, v. 16, n. 1, 2007.

MACHADO, I. J. R.; SILVA, C. R.; KEBBE, V. H. Notas sobre a família transnacional. *REMHU*, Brasília, v. 30, p. 79-98, 2008.

MARCELIN, L. H. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-60, 1990.

PARK, R. E. *The immigrant press and its control*. New York: Harper, 1922.

PINA-CABRAL, J. *Sons of Adam, daughter of Eve: the peasant worldview of the Alto Minho*. Oxford: Claredon Press, 1986.

_____. *Os contextos da antropologia*. Lisboa: Difel, 1991.

REIS, E. R. *Questões sobre a indústria da emigração: conexões Portugal/Governador Valadares*. Relatório final de iniciação científica (CNPq-PIBIC), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2006.

SARTI, C. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHNEIDER, D. *American kinship: a cultural account*. New Jersey: Prentice-Hall, 1968.

_____. *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.

SCHNEIDER D.; BOON, J. Kinship vis-a-vis myth contrasts in Levi-Strauss' approaches to cross-cultural comparison. *American Anthropologist*, Malden, v. 76, n. 4, p. 799-815, 1974.

SOARES, W. Emigração e (I)mobilidade residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano. In: REIS, R. R.; SALES, T. *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

STRATHERN, M. *Reproducing the future: Essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. New York: Routledge, 1992.

VALLADARES, L. *A escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

VELHO, G. *Subjetividade e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

----- . Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, n. 2, ano 3, p. 45-52, 2001.

VIEGAS, S. M. *Terra Calada: os Tupinambá no sul da Bahia*. Rio de Janeiro; Lisboa: 7 Letras Almedina, 2007.

WEISMANTEL, M. Making kin: kinship theory and Zumbagua adoption. *American Ethnologist*, Malden, n. 22, p. 685-709, 1995.

YEOH, B.; HUANG, S.; LAM, T. Transnationalizing the 'Asian' family: imaginaries, intimacies and strategic intents. *Global Networks*, v. 5, n. 4, p. 307-315, 2005.